

BAIRROS RURAIS EM MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ E ANTÔNIO CÂNDIDO

Dora Vianna Vasconcellos¹

Resumo: No artigo se consideraram as possibilidades de sobrevivência da civilização camponesa, tomando como referencia alguns estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz e Antonio Candido. Os pesquisadores identificam os bairros rurais como a instituição que organiza econômica e socialmente o campesinato, porém discordam acerca do tipo de relação que o agrupamento de vizinhança mantém com a sociedade urbana-industrial. Esta desavença sobre suas condições de existência origina definições distintas sobre o campesinato e prognósticos diferentes sobre seu futuro e a situação agrária brasileira.

Palavras-chave: Sociologia rural; Campesinato; Bairro rural.

Abstract: This article contemplates the possibilities of the peasantry civilization survival, taking as references some researches accomplished by Maria Isaura Pereira de Queiroz and Antonio Candido. Both researchers identified *bairros rurais* as the institution that organizes economically and socially the peasantry, but disagree on the kind of relationship the neighbourhood grouping keeps with the industrial urban society. This disagreement on their existence conditions results in different definitions of peasantry and different prognostics for their future. The redeem of the authors is made according to the perspective that it helps to understand the brazilian agrarian situation.

Key-words: Rural Sociology. Peasantry. Rural Neighbourhood.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ. E-mail: doravasconcellos@ig.com.br

Introdução

Este estudo é dedicado a dois autores que se destacaram no cenário intelectual na década de 1960 com trabalhos sobre o pequeno produtor rural, inaugurando uma nova tradição de pesquisa que se tornou referência para os futuros pesquisadores do assunto. Trata-se de Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz, sociólogos que elegeram o campesinato como assunto de sua predileção, dedicando-se ao estudo dos seus meios e modos de vida. Buscando compreender as perspectivas de sobrevivência e inserção social do pequeno produtor em face da civilização urbano-industrial, se apoiaram em metodologias de escopo mais amplo. Por esta razão, ambos refutaram a metodologia dos estudos de comunidade por julgarem que esse tipo de abordagem não permitia a compreensão de como esta população reagia às transformações sócio-culturais e econômicas impostas pela urbanização, por imporem um recorte microsociológico aos fenômenos.

Contudo, enquanto Antonio Candido restringiu seus estudos à civilização caipira, população remanescente das bandeiras paulistas e habitante desta região, Maria Isaura não deu um recorte geográfico muito nítido a seus estudos. Isso acontece apesar dos dois chamarem atenção para a existência dos bairros rurais, espécie de comunidade sem contornos muito nítidos, dispersa geograficamente e pouco povoada, que impedia que o pequeno produtor caísse em estado de anomia. Mas enquanto para em Antonio Candido, os bairros rurais seriam uma característica específica dos caipiras, isto é, da população rural de São Paulo, para Maria Isaura essa instituição teria se generalizado por todo o país e seria uma prerrogativa do campesinato brasileiro.

Ambos, entretanto, concordam que a ligação do homem com a terra não é importante para caracterizar os bairros rurais. Estes tanto podem ser compostos por sítiantes, isto é, de pequenos proprietários ou posseiros, como por agregados e parceiros. Contudo, o autor de os parceiros do Rio Bonito considera que a possibilidade de existência da civilização de vizinhança é muito maior quando se trata de sítiantes, pois estes, por possuírem uma ligação estável com a terra, gozam de maior autonomia e independência; possuem maior capacidade de se adaptar às transformações impostas pela urbanização. Em Maria Isaura, a ligação com a terra não é vista como uma condicionante tão determinante da existência ou não dos bairros rurais. O tipo de ligação que a civilização de vizinhança possui com as cidades é que é apresentada como a variável mais importante para se determinar a adaptabilidade deste tipo de

agrupamento na modernidade. Iremos mostrar que essa divergência teórica dá origem a diferentes prognósticos em relação à possibilidade de existência da civilização dos bairros rurais e também em relação a questão agrária dos anos 1960.

1. Os Bairros Rurais em Antonio Candido

No livro, *Os parceiros do Rio Bonito*, Antonio Cândido, a partir do estudo de um agrupamento de caipiras do município de Bofete, localizado no interior paulista, desenvolve uma teoria acerca de como reage à mudança essa população que é remanescente da cultura rústica.

Congregando as metodologias da história, antropologia e sociologia, o sociólogo paulista constrói sua teoria a partir de um estudo que observa os meios e modos de vida dos caipiras, tendo como referencia o problema da alimentação, isto é, da subsistência. Considera que as necessidades vitais possuem um duplo aspecto, natural e social, já que a satisfação dos impulsos orgânicos se dá por meio de iniciativas humanas que dependem do grupo para se realizar. Orientando-se por essa perspectiva, buscou compreender a vida social caipira a partir da satisfação das necessidades e obtenção dos meios de vida. Por esta razão, ganha destaque em sua obra tanto o ângulo natural da satisfação do organismo como também o social, isto é, a forma organizada que o grupo assume para corresponder aos problemas impostos pela subsistência.

Considera que certas culturas resolvem de maneira mais satisfatória que outras o problema de ajuste ao meio ambiente para obter recursos de subsistência. Mas define que há um mínimo vital de alimentação e abrigo e um mínimo social de organização social sem o qual uma cultura não existe. O equilíbrio social dependeria de uma correspondência entre as necessidades vitais e os mínimos sociais para satisfazê-las. A cultura caipira, segundo ele, opera propiciando apenas o mínimo vital e social para satisfação das necessidades orgânicas e sociais dos agrupamentos caipiras, impedindo apenas que estes sofram com a fome ou caiam em estado de anomia. Por isso, Antonio Candido se preocupa em determinar as unidades mínimas de vida econômica e social que historicamente permitiram a existência dos camponeses de Bofete.

Chama atenção para o fato de que esta cultura nasceu de uma economia seminômade e predatória das bandeiras paulistas, presa à prática da pesca e da coleta. Por isso, a agricultura de subsistência a que deu origem constitui-se de elementos sumários e rústicos próprios do seminomadismo. Foi sendo praticada de forma

itinerante e extensiva, tornando-se uma economia fechada, não apropriada para o comércio. Por isso, a população caipira é considerada pelo autor como não animada pelo interesse. Sua economia daria conta de gerar apenas um mínimo alimentar que corresponderia a um mínimo vital e social.

Por ser uma população seminômade, afirma que ela deu origem a um povoamento disperso que tinha como estrutura fundamental os bairros rurais. Espécie de unidade social e econômica mínima, o bairro rural seria gerado pela convivência entre vizinhos, unidos pela prática do auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. Deste modo, apesar de considerar a população caipira seminômade e dispersa geograficamente, Antonio Candido considera que não se pode exagerar a segregação em que vive o caipira, pois ele sempre esteve integrado num agrupamento de vizinhança.

Sustenta que o bairro rural sempre foi praticamente auto-suficiente. Em seu interior haveria um mínimo de cooperação entre as famílias que supriria as necessidades básicas de sociabilidade e também econômicas dos indivíduos. O intercâmbio de favores entre as pessoas e a necessidade de sua retribuição solucionaria também o problema de falta de mão de obra em regiões dispersas. Deste modo, o autor salienta que a auto-suficiência do camponês é apenas relativa, pois este sempre dependeu da cooperação e auxílio dos vizinhos para viver. A partir dessa ampla rede de relações, ligavam-se os habitantes uns aos outros, formando o contorno dos bairros rurais². A vida lúdico-religiosa também contribuiria para o funcionamento do grupo de vizinhança ao permitir a reunião de sítiantes geralmente dispersos geograficamente.

Deste modo, para o sociólogo, o bairro rural é a unidade em que se ordenam as relações básicas da vida do caipira. É um mínimo social que satisfaz um mínimo vital que se forma a partir da solidariedade vicinal e familiar, mas não se encerra apenas nisso. Pressupõe também uma ligação com as cidades e, sem a qual não sobrevive³.

Antonio Candido ressalta, entretanto, que a ligação dos agrupamentos de vizinhanças com a civilização urbana e regiões circunvizinhas sempre existiu mas se

² “Pode-se falar em autarquia, portanto, com referência ao bairro rural, não às relações de família no sentido estrito. E um dos elementos de sua caracterização era o trabalho coletivo. Um bairro poderia, deste ângulo, definir-se como um agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda-mútua. É membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades. A obrigação bilateral é aí o elemento integrante da sociabilidade do grupo, que desta forma adquire consciência de unidade e funcionamento. Na sociedade caipira a sua manifestação mais importante é o mutirão, cuja origem tem sido objeto de discussões” (CANDIDO, 1987: p. 67).

³ “O isolamento da sociedade rústica é apenas relativo, e devemos ter em mente para evitar certas falácias no conceito usual de folkculture” (CANDIDO, 1987: p.75).

deu dentro dos limites impostos por uma economia fechada. Isso porque, para ele, os integrantes dos grupos de vizinhança seriam como já se disse camponeses que não vendiam o produto de sua lavoura a não ser em escala reduzida.

O bairro rural, por ser dependente da cooperação vicinal entre vizinhos, daria origem a uma civilização diferente das que se originam nos latifúndios exportadores, geralmente dependentes da mão de obra escrava. A cultura tradicional seria, por essa razão, um sistema de vida dos que não estavam incorporados às formas mais desenvolvidas de produção. Seria também uma forma mínima de ajustamento ao meio tributária da precariedade dos direitos de ocupação do solo, já que os integrantes dos agrupamento de vizinhança eram, em sua maioria, sitiantes, isto é, pequenos proprietários e posseiros, como também parceiros e agregados.

A precariedade dos direitos territoriais fez do caipira um cultivador instável, desapegado dos hábitos mais rigorosos de trabalho. Segundo Antonio Candido, o caipira é um camponês, isto é, um indivíduo que planta para viver e que não é guiado, primordialmente, pelo interesse da venda. Por desenvolver uma economia fechada, pouco favorável ao desenvolvimento de uma atividade produtiva intensiva, o autor afirma que “A cultura caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso: a sua mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos precários de ajustamento ecológico e social, que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionadas” (CANDIDO, 1987: p.82).

O prognóstico fatalista em relação às possibilidades de sobrevivência da cultura caipira diante da vida moderna imposta pelo latifúndio produtivo comercial e pelo desenvolvimento urbano se explica pelo fato do autor ter fixado seu estudo nos parceiros, modalidade de camponeses que possuem uma ligação com a terra mais instável e que está menos integrado na vida econômica e social do campo.

Antonio Candido observou que os antigos parceiros de Bofete, com o processo de urbanização da região e abertura dos mercados, desenvolveram necessidades novas que seu antigo ritmo de vida não abarcava. Isto teria acontecido porque a economia fechada dos caipiras sempre esteve orientada para a satisfação apenas de mínimos vitais e sociais, não permitindo atividade produtiva intensa e não dependente da cooperação vicinal. Por essa razão, a cultura caipira não possibilitava a formação de pecúlio para compra de produtos industriais agora almejados pela imposição de um novo padrão de vida mais racional e moderno. Segundo o autor, a maior vinculação da região de Bofete com os centros urbanos provocou uma alteração no ritmo de trabalho dos caipiras,

comprometendo a solidariedade vicinal e as atividades lúdico-religiosas que davam sustentação à cultura caipira.

A expansão do mercado capitalista não apenas força o caipira a multiplicar o esforço físico, mas tende a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho (normalmente ajuda mútua), cortando as possibilidades de uma sociabilidade mais viva e uma cultura mais harmônica. Entregue cada vez mais a si mesmo, o trabalhador é projetado do âmbito comunitário para a esfera da influência da economia regional, individualizando-se. Condição de eficácia e, portanto, de sobrevivência é a renúncia aos padrões anteriores e a aceitação plena do trabalho integral, isto é, trabalho com exclusão das atividades outrora florescentes e necessárias à integração adequada. Quem não faz assim deve abandonar o campo pela cidade, ou mergulhar nas etapas mais acentuadas de desorganização, que conduzem à anomia (CANDIDO, 1987: p. 169).

O caso dos parceiros de Bofete é paradigmático para Antonio Candido porque ele considera que a mudança econômica na década de 1960 operava no sentido da diminuição da pequena propriedade e aumento da parceria, contrato de trabalho considerado transitório e tido como uma etapa imediatamente anterior ao assalariamento completo da mão de obra no campo. A condição de sitiante, por permitir um melhor acesso à terra e autonomia no trabalho, é vista pelo autor como uma situação que permitia a civilização caipira preservar sua cultura, se ajustar melhor às situações de crise, mas esta seria uma situação não favorecida pela urbanização e pelo latifúndio. Por esta razão, o apego à tradição caipira redundava, segundo o sociólogo, em prejuízo nas circunstâncias sociais favoráveis à parceria. Candido afirma isso apesar de considerar que o parceiro caipira, por ter uma ligação mais instável com a terra, é um trabalhador que goza de uma autonomia sem estabilidade e de uma autodeterminação sem garantias. Não tem condições de responder às demandas da vida moderna devido à precariedade do seu acesso a terra. Sua cultura dependente da solidariedade vicinal acabaria por ser refratária a disciplina e a racionalização da atividade agrícola. Com essa opinião, Antonio Candido acaba por prever que,

No setor da organização social, podemos verificar a tendência da família a tornar-se a unidade mínima de sociabilidade, por meio dos “blocos familiares”. Ora, por todo este estudo ficou sugerido que a redução da sociabilidade à esfera familiar liga-se, na vida tradicional do caipira, a situações de isolamento, de perda de sociabilidade do bairro, significando não raro estado pré-anômico ou para-anômico. A situação atual representa, portanto, não apenas a desorganização mais ou menos acentuada dos agrupamentos vicinais, que já foi indicada, mas ainda, uma regressão a tipos de sociabilidade incompatíveis com a vida cultural plena (CANDIDO, 1987: p. 221).

Por esta razão, o recurso à tradição caipira na época da década de 1960 é visto pelo autor como uma verdadeira regressão, pois os mínimos sociais e vitais propiciados no passado por essa cultura estavam referidos a uma sociedade muito mais homogênea em que não havia discrepâncias essenciais entre a cultura do campo e da cidade. Considerando que o acesso à terra propiciado pela parceria não permite que os grupos rústicos reajam aos novos padrões, reajustando-os aos traços tradicionais da cultura caipira⁴, Antonio Candido acaba por afirmar que as antigas instituições dessa cultura não satisfazem às novas necessidades de vida impostas pela cidade.

Deste modo, em *Os parceiros do Rio Bonito*, Antonio Candido considera que, o tipo de incorporação dos caipiras à vida moderna depende de fatores sociais e econômicos. Dependeria do ritmo em que a incorporação do caipira na vida moderna se dava. Esta seria melhor em ritmos não muito lentos propícios a despertar um conservantismo, visto negativamente pelo autor como regressão, nem muitos rápidos que provocassem a rejeição completa das tradições pelo camponês. A incorporação paulatina que permite a reformulação da tradição de acordo com os imperativos da vida moderna é vista como a ideal pelo autor.

Apesar de pontuar isso, a relação entre campo e cidade não ganha tanto destaque no livro *Os parceiros do Rio Bonito*, mesmo porque Candido define o campesinato como sendo um grupo autárquico economicamente, portanto sem muitos vínculos com a economia urbana. Ao considerar as condições de sobrevivência dessa civilização na vida moderna, o autor afirma que esta dependia diretamente do regime de propriedade. Para ele, o status social do camponês determinava o grau de adaptação que este possui na economia mercantil, sendo maior no caso dos sitiantes e pequenos proprietários, do que nos agregados e parceiros. Ao afirmar isso, o autor subordina a questão camponesa à reforma agrária e apenas indiretamente à relação campo e cidade. Maria Isaura inverte essa equação, ao considerar a relação urbano e rural como a questão primordial da década de 1960. Por retratar a questão agrária de forma diferente, também recorreremos a ela nesse artigo.

2. Bairros rurais em Maria Isaura Pereira de Queiroz

⁴ Os sitiantes, segundo Antonio Candido, teriam essa força integrativa.

Os estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz são marcados por um viés que se pronuncia em quase todas suas obras: a autora escreve para mostrar que no Brasil havia uma população campesina demograficamente relevante, espalhada por todo país, com meios e modos de vida próprios. Ao pontuar que a presença de terras devolutas permitia a existência de um campesinato livre e autônomo, a socióloga paulista fez uma crítica ao pensamento social brasileiro por ele ter construído suas explicações sobre as relações de dominação no campo elegendo como ponto de observação as relações assimétricas que se davam nas zonas de monocultura de exportação. Por esta razão, em sua obra, chama atenção para a presença no Brasil, desde os tempos coloniais, de uma camada de homens livres que não sofria uma dominação direta do grande proprietário (Queiroz, 1976). Por acreditar que essa população era demograficamente relevante, em *O campesinato brasileiro* (Queiroz, 1973), a pesquisadora dedica-se a compreender o estilo de vida dos sítiantes tradicionais independentes, isto é, que não estavam inseridos no complexo da grande propriedade monocultora e produziam primordialmente para sua subsistência⁵. O seu propósito era verificar como pensa e reage essa camada da população que sempre constituiu a mão de obra livre no campo.

Contudo, a autora acredita que em zonas de agricultura de abastecimento, os sítiantes eram mais dependentes e tinham uma ligação mais próxima com as cidades. Para ela, os camponeses brasileiros sempre tiveram uma relação muito forte com o mundo urbano, por isso recorre à definição de campesinato elaborada por Robert Redfield, em que o binômio campo-cidade é visto como condição *sine qua non* da civilização camponesa. Mesmo nas áreas de monocultura de exportação e das grandes fazendas, Maria Isaura afirma que,

Na verdade sempre houve em todos os tempos um campesinato livre brasileiro, coexistindo tanto com as fazendas monocultoras quanto com as fazendas de criação de gado, e tendo a seu cargo a produção de abastecimento para estas empresas e para os povoados. (Queiroz, 1973: 26)

Sustenta que, embora sempre ocupando uma posição subalterna, essa camada da população se constituiu como homens livres gozando de autonomia no trabalho. Este é um dado muito destacado na obra de Maria Isaura, pois esta circunstância revela o tipo

⁵ Lembramos que em *Bairros rurais paulistas* Maria Isaura elege como objeto de estudo não apenas os camponeses, mas também os agricultores. Ambos adotam a configuração igualitária dos bairros rurais como organização social, mas são agentes sociais diferenciados de acordo com o destino dado à produção. Enquanto os camponeses produzem sobretudo para autoconsumo, fazendo da venda uma atividade subsidiária, os agricultores têm como atividade principal a produção para o comércio, enquanto a roça é apenas um ponto de apoio econômico subsidiário, embora importante.

de civilização a que os indivíduos rústicos dão nascimento. Como desfrutam de autonomia no trabalho, os sitiantes tradicionais brasileiros ocupam uma posição intermediária na tradicional estrutura social brasileira, situada entre fazendeiros e escravos, no período colonial; entre os fazendeiros e os trabalhadores sem terra no período pós-colonial. Para a autora, numa sociedade escravocrata como a nossa, a autonomia no trabalho tornou-se um critério muito importante de diferenciação social. Essa circunstância imprimiria uma peculiaridade ao camponês brasileiro: mesmo não possuindo a terra, ele usufrui dela, por meio de parceria, arrendamento, posse etc.

Segundo Maria Isaura, é Nice Lecocq Müller⁶ quem fornece uma clara definição dos pequenos lavradores.

Segundo a autora, os sitiantes são responsáveis pelas plantações que cultivam; trabalham direta e pessoalmente a terra com o auxílio de sua família e, ocasionalmente, com um ou dois de seus assalariados. Essa definição não exprime a relação do homem com a terra, podendo ele ser proprietário ou não, desde que seja o responsável pelo cultivo. Exprime, isso sim, trabalho do homem sobre a terra: trabalho independente, economia doméstica: estas duas características em geral acompanhadas de uma terceira – são plantações efetuadas com técnicas rudimentares. Outra característica dos sitiantes é a mobilidade espacial – característica que conservam desde os tempos coloniais. (Queiroz, 1973: 12)

Assim, a definição utilizada por Maria Isaura não exprime a relação do sitiante tradicional com a terra.

A relação do camponês brasileiro com a terra sempre foi variada. A extensão de sua propriedade nunca foi homogênea, indo das propriedades de grande tamanho até os minifúndios – estes últimos em maior quantidade do que os primeiros. Além dos camponeses proprietários, existiram sempre os posseiros, localizados em terras devolutas ou em terras já apropriadas, mas sem autorização do proprietário; os parceiros pagando o aluguel da terra com uma percentagem da colheita ou o equivalente em dinheiro. Os arrendatários, cujo aluguel da terra é fixo, independente da quantidade que colhem; os moradores ou agregados, habitando nas propriedades monocultoras, porém cultivando nelas gêneros, com permissão do proprietário e dando em pagamentos a estes dias de serviço. (Queiroz, 1973: 28)

Em Maria Isaura, portanto, a possibilidade de cultivar as próprias roças aparece como principal característica do campesinato brasileiro, porque permite que este ator arque com as despesas de sua existência social e mantenha suas relações de vizinhança.

⁶ Queiroz *apud*. Müller, 1951.

A autora chama atenção para o fato de que em zonas de agricultura de abastecimento, a estratificação social é mais igualitária e os sítiantes tradicionais gozam de uma independência econômica em relação ao fazendeiro, graças à policultura de subsistência que praticam. Com isso, ela nega que o campesinato brasileiro seja sempre economicamente subordinado à figura do fazendeiro.

A autonomia do trabalho tem seu reflexo no tipo ideal de homem reverenciado pelas suas comunidades: são orgulhosos da liberdade, vangloriam-se da insubmissão a qualquer disciplina e não importa a que autoridade, desde que imposta pela força. Somente relações derivadas da amizade e da gratidão os fazem curvar-se diante de alguém, que então consideram superior. Isto é, a obediência só é compreendida como livremente consentida; quando imposta, desperta rebeldia. (Queiroz, 1973: 104)

Maria Isaura menciona ainda outra característica do campesinato brasileiro: ele possui como pilar a estrutura do bairro rural. A autora considera que o ritmo de dispersão e reunião ditado pelas festas religiosas, pelas festas folclóricas e pelo mutirão (prática da ajuda mútua) fornece contornos ao bairro rural ao criar o sentimento de pertencimento do camponês a um lugar e a uma comunidade. Esse sentimento, por sua vez, torna o grupo coeso.

Cada bairro se compunha de famílias conjugais autônomas, autárquicas, lavrando independente de suas roças quando e como queriam, isto é, cada bairro se compunha de sítiantes tais como os havia definido Nice Lecocq Müller; centralizado por uma capela e uma vendinha, servia este núcleo de centro de reunião para a vizinhança dispersa. Configuração igualitária entre a família, de um lado, e de outro lado o arraial, ou a vila, ou a cidadezinha, o bairro apresenta as formas mais elementares de sociabilidade da vida rústica. Relativamente autônomos, não estão no entanto os bairros desgarrados uns dos outros; pelo contrário, congregam-se numa zona e conhecem que assim estão dispostos. Não estão, pois, isolados; integram-se em conjuntos que se alargam em diferentes graus: a) relações dos bairros entre si; b) relações com a região; c) relações com o exterior (isto é, com tudo que ultrapasse a região) (Queiroz, 1973: 13).

No livro *Bairros Rurais Paulistas* (Queiroz, 1967), Maria Isaura Pereira de Queiroz realiza um estudo sociológico sobre os chamados grupos de vizinhança, unidade social mínima representativa da civilização camponesa. A autora conjuga a análise diacrônica ao método comparativo para entender a dinâmica dos bairros rurais paulistas e sua vinculação com os municípios mais próximos, a região circundante e a

sociedade global. A pergunta central que tenta responder é: como reage à mudança e ao processo de modernização essa configuração social que, no passado, “ditava o ritmo geral da sociedade colonial” e era “a organização social tradicional do meio rural brasileiro” (Ibid.: 147). Deste modo, os bairros rurais em Maria Isaura não são vistos como uma instituição típica da civilização caipira. São vistos como uma estrutura que se espalhou por todo o Brasil, sendo mais comum em áreas de abastecimento.

A autora contraria a ideia de Antonio Candido em *Os parceiros do rio Bonito*⁷, de que a civilização dos bairros rurais estava fadada à degradação social com o processo de modernização. Assim define a autora seus propósitos no estudo de 1967:

Nossa intenção foi chamada por este problema: estaria realmente o pequeno proprietário condenado à desorganização socioeconômica, ou era possível um reerguimento? Este implicaria uma melhor adaptação ao mundo moderno, que o trabalho de Antonio Candido parecia indicar ser inviável? (Queiroz, 1967: 64)

Maria Isaura afirma que o trabalho de Antonio Candido apresenta uma visão parcial dessa forma elementar de agrupamento e de vida cultural no meio rural paulista. Isso porque o pesquisador priorizou em seu estudo os bairros rurais paulistas em decadência (Queiroz, 1967; 183). A autora julga que se deveria incluir não só os diferentes tipos de bairros rurais existentes, mas também aqueles que estavam em prosperidade econômica. É isso que ela procura fazer em seu estudo sociológico publicado 1967. Contudo, toma como ponto de partida para sua reflexão a definição de bairro rural adotada por Antonio Candido, concordando que o bairro rural é a forma mais elementar de sociabilidade da vida rústica, uma forma de povoamento típica de ambientes dispersos e pouco povoados. Por isso, sua vitalidade deve ser medida justamente pelo ritmo de reunião-dispersão periódica entre vizinhos.

Na definição emprestada de Antonio Candido, o bairro rural é um agrupamento composto de famílias conjugais autônomas e autárquicas do ponto de vista econômico, isto é, que lavram independentemente suas roças, mas vivem socialmente sob estreita relação de vizinhança construída a partir do ideal da ajuda mútua, do compadrio e da festa religiosa. Essa unidade social mínima é estruturada de forma igualitária internamente. Todos os seus habitantes pertencem a um mesmo nível social, com acesso aos mesmos costumes, mesmos hábitos e crenças. Também do ponto de vista econômico não há distinção significativa entre seus membros capaz de gerar uma

⁷ Ver Candido, 1987.

diferenciação hierárquica muito acentuada. Contudo, Maria Isaura faz questão de frisar que, embora constituindo unidades funcionais relativamente autônomas, os bairros rurais são sempre tributários de um povoado, de uma cidadezinha.

A pesquisadora salienta que, na definição dada por Candido, o bairro rural paulista é sempre uma configuração social de caipiras ou “gentes de sítio” que praticam a agricultura de subsistência com ajuda da família. São compostos de lavradores que consomem o que produzem e comercializam apenas o excedente da produção, ou seja, são produtores que não visam ao lucro com o cultivo da terra. Na acepção de Candido, portanto, o bairro rural seria essencialmente composto por camponeses.

O bairro rural paulista descrito por Antonio Candido é composto de camponeses que podem possuir ou não a terra em que trabalham. Não é a situação em relação à propriedade da terra que os qualifica como tais, e sim sua situação de pequenos produtores independentes, no sentido de que são donos da iniciativa do seu trabalho; no quadro das relações de produção, seu trabalho se define como autônomo. (Queiroz, 1967: 67)⁸

A socióloga considera que na definição de bairro rural de Candido estaria implícita uma diferenciação entre camponês e agricultor muito em voga na sociologia rural da época (Queiroz, 1967: 67). Nela, o camponês é visto como ator que pratica agricultura de subsistência como sua atividade principal, ao passo que o agricultor é aquele que produz primordialmente para o mercado local, regional ou internacional, ou seja, seu objetivo primeiro é o lucro. A agricultura de subsistência, neste último caso, é uma atividade subsidiária à produção para o comércio. Por esta razão o camponês é tido como aquele produtor que cultiva sua roça sem muita necessidade do mundo exterior, ao passo que o agricultor é um elemento estreitamente dependente da cidade ou de outras áreas agrícolas.

O objetivo de Maria Isaura é justamente relativizar essa diferenciação adotada por Candido. Para ela:

O bairro rural tradicional é uma das formas de bairro rural, coexistindo com uma outra forma, a do bairro rural cujos sitiantes, tendo já adotado uma agricultura comercializada, não abandonaram todavia as relações sociais e o modo específico de “hábitat” que

⁸ Portanto, segundo essa definição, pequenos proprietários, arrendatários, foreiros, meeiros e parceiros poderiam ser enquadrados como camponeses, desde que conservem sua autonomia no trabalho e o direito à disposição de parte dos produtos.

definem o bairro rural. Assim, para definir o que é um bairro rural, o aspecto econômico passa para segundo plano, deixando para primeiro plano o tipo específico de relações sociais e de relações de trabalho. Bairro rural é aquele cujos membros, estando à frente de empreendimento rurais de que guardam responsabilidade (mesmo quando não conservam a totalidade da colheita), desenvolvem entre si relações de trabalho expressas na ajuda mútua, e conservam relações de vizinhança que se concretizam na participação, em nível local igualitário, das atividades quotidianas e festivas do grupo de localidade. (Queiroz, 1967: 109)

Essa perspectiva teórica leva-a a afirmar que “as relações econômicas não definem o bairro rural, uma vez que encontramos bairros de camponeses e bairros de agricultores” (ibid.: 190). E mais: o bairro rural não se vincula especialmente à organização rural paulista. Ele é a maneira pela qual se organizaram as unidades mínimas de povoamento na história de nossa colonização. Para ela, os bairros rurais foram a sede dos processos de aculturação e adaptação entre a civilização portuguesa, a civilização autóctone e a civilização africana.

A pesquisadora paulista lembra ainda que os grupamentos de vizinhança, embora dispersos geograficamente, possuem a capela como centro que congrega todas as instituições rústicas. Essa circunstância imprime um ritmo de dispersão e reunião entre vizinhos que impossibilita ao grupo se fechar em si mesmo⁹. As relações de compadrio também não se dão somente entre aqueles que possuem uma ligação de parentesco sanguíneo, podendo ser compadres os que mantêm alguma relação instituída por meio das práticas religiosas, folclóricas e também pelo mutirão. Aliás, para ela, o compadrio é a relação que melhor define o modelo de conduta do camponês, marcado pela lógica da reciprocidade de favores. A autora afirma que todos esses fatores fazem do grupo de vizinhança um grupo aberto, com um significativo raio de influência.

Deste modo, na obra de Maria Isaura, a unidade social básica da antiga civilização brasileira teria sido o bairro rural. Esta é uma configuração que se generalizou por todo o território nacional, embora os bairros rurais de São Paulo fossem os mais representativos dessa antiga civilização rústica¹⁰. Em seu estudo, a socióloga se contrapõe também à tese de James B. Watson, de que a persistência da civilização cabocla se explica pelo isolamento e marginalidade em que viviam as populações rurais

⁹ Maria Isaura cita como fato que comprova a permeabilidade do bairro rural às pessoas de fora os casos dos colonos imigrantes, que, a despeito de ser estrangeiros, adotaram o ritmo de dispersão e reunião do grupamento rústico e foram agregados ao bairro rural.

¹⁰ Em Candido, a organização caipira paulista é originária e está intimamente ligada ao surgimento dos bairros rurais (1955).

brasileiras. Para este, havia diferença entre os caboclos “circum-urbanos” e os caboclos isolados e de “fronteira”, determinada pelo grau de ocidentalização que atingiam. Na interpretação de Watson, os mais isolados sofreriam menor a influência da sociedade mais ampla e conservariam melhor os modos de vida rústicos.

Maria Isaura não concorda com essa interpretação. Para ela, a existência de um bairro rural não seria uma função direta do isolamento. O que marginaliza um grupo de vizinhança é o desaparecimento das relações sociais construídas em torno da reunião-dispersão periódica entre vizinhos. Esse enfraquecimento está mais relacionado à perda de capacidade dos sitiantes, camponeses ou não, de manter sua autonomia no trabalho, isto é, de conseguir subsistir com suas roças, vendendo produtos comerciais ou as sobras das colheita nas regiões circundantes. Isto porque a autonomia no trabalho é condição básica para a mobilidade dos roceiros. O vaivém no interior de uma região, a frequência às festas religiosas, seu comprometimento com relações de ajuda mútua, como aquelas sustentadas pelo compadrio, é o que garante, segundo ela, maiores oportunidades de negócios para os sitiantes (Queiroz, 1967: 186).

A autonomia no trabalho também seria condição de um bom relacionamento do sitiante com os centro urbanos. Com isso, a autora salienta a importância de não se confundir independência econômica do sitiante em relação à sociedade global e isolamento¹¹. Para Maria Isaura, essa independência econômica jamais foi completa. Segundo ela, o caboclo, com seus meios e modos de vida peculiares, “prosperou e viveu bem na medida em que soube manter um equilíbrio entre sua independência e sua ligação com a economia da região, e na medida em que a região mais necessitava dele” (ibid.: 187).

A região é o lugar no qual o sitiante camponeses vende seus produtos e obtém os recursos necessários para manter suas relações vicinais. O mesmo ocorre quando os sitiantes são agricultores, ou seja, quando a roça é um elemento constante de sua atividade, mas não o meio que lhe garante o sustento. De todo modo, em ambos os casos, trata-se de uma categoria independente de pequenos produtores rurais que possuem como unidade mínima de povoamento os bairros rurais, mas que são dependentes das regiões circunvizinhas e das cidades.

¹¹ Por isso, a autora não segue a metodologia dos estudos de comunidade, já que seu objetivo não é apenas estudar a dinâmica interna dos bairros rurais, mas também as relações que eles mantêm com meio social circundante.

Essas constatações levam Maria Isaura a afirmar que a civilização dos grupos de vizinhança não é refratária ao desenvolvimento tecnológico e ao aprofundamento das relações capitalistas porque sempre esteve conectada aos centros urbanos, comprando e vendendo produtos desta região. A autora sustenta com isso que do ponto de vista econômico, os bairros rurais têm em si os elementos necessários para seguir uma orientação urbana, racional e voltada para o lucro. Tudo isso sem prejuízo dos valores tradicionais representados pela instituição do compadrio e pelo ideal da ajuda mútua. Para Maria Isaura:

A economia não é importante, pois, para traçar o contorno local do bairro; é importante, porém, para determinar em que área ou região que ele está integrado. Efetivamente os sítios estão sempre em relações econômicas com determinada área, ou com determinada cidade, em relação à qual agem como produtores, concorrendo para a sua manutenção, e na qual se abastecem dos produtos que não cultivam ou fabricam. É, pois, através das relações econômicas que se efetua o entrosamento dos bairros numa sociedade global, da qual sempre fazem parte; tal entrosamento desmente as antigas noções de isolamento e de marginalidade, fruto de uma abordagem defeituosa de nossos problemas rurais. (Queiroz, 1967: 190)

A pesquisadora afirma, portanto, em *Bairros rurais paulistas*, que “é o equilíbrio do bairro com a região ou com a cidade que determina o seu progresso ou sua decadência, e não os caracteres específicos da região e do bairro” (ibid.: 191). Desse modo, o maior contato com a sociedade global não resultaria sempre na decadência da civilização tradicional. Maria Isaura mostra, por exemplo, o caso de bairros rurais do município do Leme, que mantinham relações com as cidades de Araras e Rio Claro, e os bairros rurais do município de Paraibuna, próximo a São José do Campos, cuja situação não é de decadência.

Nos estudos de 1967, a autora mostra que a transformação da economia do sítio, com a passagem de um regime predominantemente de subsistência para um regime comercializado – como nos bairros estudados no município de Paraibuna, num contexto ainda tradicional, e no caso do município de Leme, num contexto modernizado – não gerou a decadência dos bairros rurais. Ao contrário, levou à maior integração com a sociedade global. Contudo, apresenta-se também o caso oposto, em que os moradores da bacia do Ribeirão das Antas, pela proximidade da cidade de Taubaté, sofriam um enfraquecimento do modo de vida tradicional.

A autora descobriu que a melhor integração dos bairros rurais estudados com os centros urbanos acontecia quando esta se dava por meio de um paralelismo independente ou de uma relação de complementaridade, em que a cidade ainda oferecia oportunidades para os sítiantes venderem seus produtos, permitindo que a vida rural tradicional mantivesse um grau de autonomia, isto é, conservasse a independência da empresa familiar conjugal.

Para Maria Isaura, portanto, o vínculo econômico que une o bairro rural e região é, ao lado da autonomia no trabalho e da dinâmica das relações de vizinhança, um fator importante para a vigor da vida rural tradicional. A análise do vínculo que prende o sítiante à sociedade global é importante porque, para Maria Isaura, no momento em que as condições econômicas se transformam e que as cidades perdem a necessidade do meio rural para seguir sua linha de evolução; no momento em que a subordinação do caboclo ao regime econômico urbano é total, ocorrendo a perda da sua autonomia no trabalho e a transformação de mão de obra permanente em temporária (volante), a degradação sociocultural da vida tradicional seria total¹². Portanto, para Maria Isaura, o isolamento é que levaria à destruição a civilização rústica.

Interessa frisar que, para a socióloga, a civilização dos bairros rurais não era necessariamente refratária à urbanização e às cidades. A paulatina comercialização de todas as esferas da vida não provoca necessariamente a decadência dos grupos de vizinhança. Maria Isaura supõe que os sítiantes são tributários de um tipo de relação entre cidade e campo em que ambos se complementam dialeticamente.

Contudo, observa que o bairro rural é uma estrutura igualitária, inserida em uma sociedade global que se estrutura em classes sociais e em critérios de determinação econômica. Há, aparentemente, portanto, uma incongruência entre o grupo de vizinhança, uma microssociedade quase autônoma, e a sociedade global na qual ele está envolvido. Mas, segundo Maria Isaura, sempre houve também a possibilidade de coexistência entre ambos: para ela, as empresas agrícolas autônomas articuladas em torno da produção de alimentos se constituíram ao lado de grandes fazendas monocultoras e de civilização urbana (Queiroz, 1976b).

Maria Isaura notou que a integração do sítiante com as cidades, principalmente, é melhor quando rural e urbano se relacionam por meio de uma complementaridade ou

¹² Isso é o que teria ocorrido nos bairros de Sertão de Itapecerica. As antigas relações econômicas de complementaridade que uniam esses bairros à região, e que permitiam o equilíbrio da civilização tradicional, foram sendo desfeitas, provocando o ocaso dos bairros rurais naquela região.

de um paralelismo. As duas situações ocorrem sem prejuízo da vida rural tradicional porque o grupo de vizinhança, por permitir a comercialização de suas atividades, possui certo grau de adaptabilidade a um padrão de organização mais racional imposto pela cidade. Desse posicionamento, deduz-se que a autora não associa tão diretamente o grau de adaptabilidade dos camponeses à vida moderna à ligação que estes possuem com a terra. Lembramos que essa associação foi ressaltada por Antônio Candido no livro *Os parceiros do Rio Bonito*.

Para Maria Isaura, a decadência do modo de vida tradicional, caracterizada pela reunião e dispersão de vizinhos, é resultado direto da disseminação cada vez maior de contratos de trabalho que tolhem a mobilidade do camponês no espaço, ou o impedem de gerenciar uma roça de subsistência¹³. Esse obstáculo provoca o desaparecimento das relações de vizinhança, das festas religiosas coletivas, manifestações folclóricas e o mutirão porque estas práticas são constituídas em função de um gênero de trabalho baseado na independência do trabalho familiar conjugal e na ajuda mútua entre vizinhos. Nestas circunstâncias, a reunião e dispersão dos sitiantes fica comprometida, impedindo a sobrevivência de sua cultura e da economia camponesa.

A roça é vista pela autora como o elemento constante da vida rural tradicional, mesmo quando ela aparece apenas como atividade subsidiária de uma atividade comercial, como no caso dos agricultores. O estabelecimento de agricultura de subsistência independente (roça) é encarado como solução peculiar ao camponês, seja ele proprietário, arrendatário, parceiro, meeiro, foreiro etc. Esta seria uma solução que estaria condicionada a um tipo de relação entre cidade e campo que a autora chamou de paralelismo complementar. A autora considera que o padrão de organização urbano-industrial do Ocidente passou a restringir a existência de empresas agrícolas familiares autônomas, articuladas em torno da produção de alimentos, quando a sociedade global parou de fornecer mercado para os produtos dos sitiantes, fossem estes camponeses ou agricultores; ou quando ela restringiu o acesso à roça por meio de contratos de trabalho que tolhem a mobilidade do camponês no espaço. Essa situação viria de uma mudança no relacionamento entre a cidade e campo brasileiros. Maria Isaura afirma que, até a década de 1950, estas regiões se relacionaram por meio de uma dialética de

¹³ Maria Isaura cita como exemplo de relação de trabalho que promove a degradação da vida rural tradicional aquele em que o sitiante se insere apenas como mão de obra volante, ou seja, em que lhe é impedido o acesso à terra. O assalariado não necessariamente ocasionaria isso, sendo comum entre sitiantes o emprego de mão de obra familiar e assalariada na roça. Contudo, Maria Isaura reconhece como necessidade vital do sitiante o acesso à roça. A conjugação entre trabalho formal e o trabalho informal na roça também é uma possibilidade aceita no sistema de bairros rurais.

complementaridade, depois dessa data, a relação entre elas passou a ser de oposição, as cidades passaram a ser considerado o pólo condutor do moderno no que tange aos valores, produção e comercialização. A pesquisadora considera, entretanto, que este não pode ser visto como um caminho inexorável para se alcançar a urbanização e industrialização. Para ela, o campo tradicionalmente teve esse papel, podendo ainda desempenhar essa função paralela ou complementarmente às cidades (QUEIROZ, 1976). Ao se posicionar desta maneira, se posiciona contra as políticas desenvolvimentistas em voga nos anos 1960, que defendiam que as cidades deveriam ocupar uma posição hegemônica na condução moderno por ser nela que o capitalismo e suas relações de trabalho peculiares melhor se desenvolveram.

Ao afirmar que as relações de vizinhança e familiares dos camponeses não eram refratárias à mercantilização e à racionalização, Maria Isaura relativiza a importância da proletarianização da massa rural, processo normalmente visto como recurso necessário para o aprofundamento do capitalismo, para democratização das relações de trabalho e para a politização da população do campo. Para ela, os camponeses e agricultores, com suas relações de trabalho específicas, forneciam uma receita de inclusão ao capitalismo, já que os bairros rurais não eram refratários à modernização (QUEIROZ, 2009). Contudo, é importante frisar que na defesa que faz da civilização camponesa, Maria Isaura não adere ao movimento em favor da reforma agrária. Para ela, essa não seria a questão principal do campo, ainda marcado por terras devolutas naquela conjuntura dos anos 1960. Por isso, não subordina a existência do campesinato ao fracionamento da propriedade da terra, como fez Antônio Candido.

O problema crucial é conseguir que os sítiantes – muitas vezes proprietários legais de suas glebas – aumentem o rendimento do trabalho, incorporando-os à produção de mercado com o menor prejuízo para o nível de sua existência, antes conseguindo que este também se eleve. Num país em que as terras devolutas são ainda em quantidade, o que permite a ocupação tranquila de roças por largos anos, não é propriamente na falta de terras que se localiza o âmago do problema. Dois fatores avultam aqui: a falta de instrução e a falta de financiamento. Para o sitiante que vive em agricultura de subsistência, nenhum financiamento acessível existe (Marcondes, 1962, p. 36). Por outro lado, não tem ele desenvolvimento mental suficiente para organizar seu trabalho de modo que consiga plantar para o consumo e produzir para vender em quantidade apreciável na feira. (Queiroz, 2009: 68)

Conclusão

Maria Isaura Pereira de Queiroz, assim como Antônio Candido, também estudou os bairros rurais e as suas possibilidades de sobrevivência na modernidade. Ambos consideraram que estas instituições são típicas de camponeses. Contudo, se valem de definições distintas de campesinato. Se o sociólogo paulista restringiu esse conceito aos pequenos produtores que exercem uma economia fechada e que não possuem uma ligação específica com a terra, podendo estes ser pequenos proprietários, posseiros, parceiros, agregados, etc, Maria Isaura deu mais amplitude a esse conceito considerando camponeses os produtores que, além de gozar de autonomia no trabalho, orientam sua produção primordialmente para a venda. Ou seja, neste conceito ela inclui os produtores autônomos que comercializam a produção e que não desempenham uma economia fechada.

Ao alargar o conceito de campesinato, Maria Isaura chamou atenção para o fato de que a relação entre campo e cidade interfere nas possibilidades de sobrevivência dos bairros rurais. Esse assunto já tinha aparecido na obra de Antonio Candido, mas apenas tangencialmente, já que os bairros rurais seriam, segundo ele, tributários de uma economia fechada. Por esta razão, o contato com as cidades e com o mercado é visto por ele como prejudicial para civilização de vizinhança, sobretudo quando se tratava de parceiros. Os sitiantes, pela sua maior estabilidade com relação ao acesso à terra, teriam um maior grau de adaptabilidade à vida moderna.

Apesar de Antonio Candido considerar que o campesinato brasileiro não se define por sua relação com a terra, ele reconhece que as possibilidades de sobrevivência desse ator dependia diretamente do grau de estabilidade que este possui com sua lavoura, sendo maior na posse ou na pequena propriedade. Esta ressalva de Antonio Candido quanto às possibilidades de sobrevivência dos bairros rurais na modernidade quando se tratava de posseiros e pequenos proprietários ou parceiros, sendo maior na primeira situação do que na última, não é feita por Maria Isaura. A autora minimiza essa condicional, acentuando que a natureza da relação entre cidade e campo interfere mais na vitalidade do grupo de vizinhança do que o tipo de relação que os pequenos produtores possuem com a terra. Maria Isaura, ao afirmar a importância da relação entre campo e cidade como essencial para a permanência da civilização dos bairros rurais, aparentemente diminui a importância da ligação dessa população com a terra, acreditando que ainda havia quantidade relevante de terras devolutas que inviabilizava uma questão agrária centralizada na propriedade da terra. Entretanto, frisa que os bairros rurais são mais comuns em lugares onde os camponeses gozavam de mais autonomia no

trabalho e são independentes em relação à grande monocultura de exportação. Com essa observação, Maria Isaura reafirma a condicionante feita por Antonio Candido em outros termos. Chama atenção para a autonomia no trabalho como algo fundamental para a vitalidade dos agrupamentos de vizinhança, mas não a condiciona a uma mudança no regime de propriedade. Acredita que essa prerrogativa é assegurada em regiões fora da órbita dos latifúndios, que estão sujeitas a um tipo específico de ligação com as cidades.

Com isso, Maria Isaura relativiza um pouco o diagnóstico feito por Antonio Cândido de que a civilização rústica estaria necessariamente condenada à anomia com o processo de urbanização de país. Ao não centralizar sua definição de bairro rural nas relações econômicas, a autora paulista consegue ver um grau de adaptabilidade maior na civilização dos grupamentos de vizinhança aos preceitos capitalistas de racionalidade, produtividade e mercado. Em função disso, os padrões impostos pelas cidades não são vistos necessariamente como uma ameaça aos indivíduos rústicos, uma vez que estes não seriam refratários à mercantilização de suas práticas agrícolas. Maria Isaura acentua apenas que esta civilização tinha mais condições de sobrevivência em áreas em que a relação entre cidade e campo ainda era de paralelismo ou de complementaridade e não de oposição¹⁴.

Do mesmo modo que Antonio Candido, a autora acentua que os bairros rurais são mais recorrentes em áreas de agricultura de abastecimento, isto é, em que os camponeses gozam de independência em relação ao latifundiário e possuem autonomia no trabalho. Mas não chega a afirmar, como o sociólogo fez, que na parceria estas condições estavam mais restritas do que na posse ou na pequena propriedade, sendo por isso, imprescindível a reforma agrária. De certo modo, Maria Isaura relativiza a importância do tipo de ligação que o homem rural possui com terra, sem deixar de salientar a importância de sua autonomia econômica e social para sua sobrevivência, o que para nós não deixa de haver uma contradição neste tipo de raciocínio.

Acreditamos que na sua interpretação está implícita a suposição de que naquela conjuntura dos anos 1960 ainda havia a possibilidade de coexistência entre as empresas agrícolas autônomas articuladas em torno da produção de alimentos, as grandes fazendas monocultoras e de civilização urbana, raciocínio que deslegitimava a luta por reforma agrária.

¹⁴ WANDERLEY, 2011.

Referências bibliográficas

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

_____. “As formas de solidariedade”. In: WELCH, Clifford Andrew (Org), v.1. **Leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

_____. **Bairros rurais paulistas**. São Paulo: separata da Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol. XVII, p. 63-208, 1963.

_____. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios**. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Alfa-Omega, 1976b.

_____. **Sociologia e folclore: a dança do São Gonçalo num povoado baiano**. Bahia: Editora Livraria Progresso, 1958.

_____. “Uma categoria rural esquecida”. In: WELCH, Clifford Andrew (Org), v.1. **Leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “**A sociologia do mundo rural e as questões da sociedade no Brasil contemporâneo**”. *Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas: Unicamp/IFCH, V4, N°1, 2011, pp. 21-36.

Sobre o autor(a):

Dora Vianna Vasconcellos é formada em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre também em ciências sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente, é aluna de doutorado do curso da UFRRJ e se dedica ao estudo da obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz e do pensamento social brasileiro.